

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA****ATA DA 105.ª SESSÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1978.****QUARTA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Ernesto Gnoato, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo e Valter Pietrângelo (28); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Rosário Pitelli, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Doutor AUDÍ MENTOR COUTO MELO, ocorrido no dia 30 de setembro do ano em curso, em Fortaleza.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja comunicada aos seus familiares, residentes à Rua Padre Ibiapina, n.º 1.454, Fortaleza — Ceará.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Audí Mentor Couto Melo, de tradicional família cearense, deixou viúva a Senhora Ivone Nunes Couto Melo e numerosa prole, sendo proenitor do Professor ADOLPHO CLÁUDIO MENTOR NEVES DE COUTO MELO, residente há muitos anos em Apucarana, em nosso Estado, onde ocupa com destaque, o cargo de Diretor Presidente do Colégio 7 de Setembro, daquela cidade, e com reais serviços prestados à nossa coletividade.

O Doutor Audí, era advogado militante nos meios forenses de Fortaleza — Ceará, onde gozava de grande prestígio

como cidadão probo e ilustre causídico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado um VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Faculdade de Direito de Curitiba, ao Diretório Acadêmico Clotário Portugal e ao acadêmico Adelino Marcon, por ter conquistado o 1.º lugar no Concurso Nacional de Oratória, realizado em Belo Horizonte, no dia 26 do corrente mês, por ocasião dos festejos de aniversário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(a) Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

A Faculdade de Direito de Curitiba nos últimos anos, vem se constituindo em uma instituição modelo no ensino de Cursos Jurídicos, em nosso País.

Seja através de concursos públicos para a Magistratura ou Ministério Público, seja pelo próprio exercício da advocacia, os que ali se formam vêm se constituindo em exemplos para a classe, bem como, esperança para o cenário jurídico de nosso Estado.

No caso em apreço, foi levantada a bandeira do Paraná na terra de Tiradentes, oportunidade em que, temos certeza, Adelino Marcon, inspirado sob o tema do Estado de Direito e as Liberdades Democráticas, demonstrou o pensamento do universitário paranaense, face à situação política-institucional que vivemos.

A iniciativa que ora tomamos, tem o intuito de possibilitar ao universitário de nosso Estado, uma noção do funcionamento do Poder Legislativo Estadual.

É a oportunidade que se pretende oferecer ao estudante, de um melhor conhecimento prático sobre o Processo Legislativo, Tramitação Legislativa e Técnica Legislativa, conhecimento este, de grande importância para sua formação cultural, principalmente para estudantes universitários das áreas de Ciências Sociais.

Medida semelhante já foi tomada e vem apresentando excelentes resultados na Câmara dos Deputados, na qual nos baseamos para a apresentação deste projeto e tomamos a liberdade em anexarmos a este, algumas orientações e normas que são utilizadas naquela Casa de Leis, na certeza de que aprovada esta Resolução, serão de grande valia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais desta Assembléia Legislativa, o texto de apresentação, apenso, de Guilherme Figueiredo, constante do convite da Fundação Cultural de Curitiba e Aliança Francesa; comentário à mostra inaugural de "desenhos originais de humoristas brasileiros sobre o tema ecologia".

Ilustrando o convite do dia 21 de setembro passado, a mostra foi encerrada no dia 8 do corrente, na sede da Fundação, Praça Garibaldi, 07, desta Capital.

Uma vez aprovado o requerimento, solicita que, da transcrição nos Anais deste Poder, dê-se ciência à Senhora HELENE GARFUNKEL, digníssima Diretora da Aliança Francesa, desta Capital e ao Doutor ÊNIO MARQUES FERREIRA, digníssimo Diretor da Fundação Cultural de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Paulo Camargo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. LUIZ GONZAGA DA MOTTA RIBEIRO, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, sugerindo seja expedida nota oficial por aquela entidade, no sentido de esclarecer que o atleta DIRCEU KRUEGER foi lesionado em partida de futebol realizada há mais de dez anos e que o lance que vitimou o jogador VALTENCIR, foi inteiramente casual, a fim de dirimir dúvidas quantos aos fatos narrados em programa de televisão de grande audiência nacional.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

No presente momento, aparentemente, grande parte dos órgãos de divulgação de todo o país, em seções especializadas ou não em setores esportivos, estão promovendo salutar campanha contra a prática da VIOLENCIA NO ESPORTE, principalmente no futebol.

Ocorre que, para ilustrar quadro de seu programa que trata da "Violência no Futebol", conhecido e conceituado homem de televisão abordou, domingo último, a lesão sofrida pelo jogador Dirceu Krüeger e o trágico e prematuro falecimento do atleta Valtencir, ambos os fatos relacionados com o futebol paranaense.

Dada a rapidez como foram abordados, deixou-se a impressão de que ambos os casos são frutos da violência que impera no futebol praticado nos dias atuais.

Embora reconheçamos que o disciplinado e exemplar atleta Dirceu Krüeger foi vitimado numa época em que realmente imperava a violência em nossos campos de futebol, com técnicos, colegas e torcida, incitando os jogadores à prática da violência, inclusive com "salutares ensinamentos", hoje revigorados, de que os goleiros, para "defender-se" dos atacantes sempre devem jogar com os pés ou joelhos à frente, daí resultando no seu ferimento quase fatal, temos que reconhecer que o jogador adversário que participou da jogada, esteve por diversas vezes no hospital, prestou declarações públicas, demonstrando que o futebol estava sendo jogado de maneira errada e que não agira dolosamente.

Aquele fato serviu de ensinamento para que reinasse um período de calma nas praças de esporte do Paraná, e, segundo consta, teria sido registrado HÁ MAIS DE DEZ ANOS...

Por outro lado, não é prudente que se deixe passar despercebida a divulgação, em programa de televisão de grande audiência, de que o falecimento de Valtencir teria ocorrido em razão de violência do nosso futebol, pois, esse fato, conforme sua interpretação, poderá ser extremamente pernicioso tanto para o futebol do Paraná quanto para o atleta que participou da jogada, inteiramente casual, conforme ficou cabalmente demonstrado pelo vídeo-tape do lance, o qual chegou a confundir toda a crônica nacional quanto à pessoa do atleta que teria sido vitimado, pois, a queda do jogador de Maringá causou maior impacto do que o choque sofrido pelo atleta do Colorado.

Todavia, pelas degradantes cenas "esportivas" reprisadas ou apresentadas diariamente ao vivo em nossos aparelhos de televisão, não restam dúvidas de que providências devem ser tomadas para que nossas autoridades dêem maior atenção a esse relevante assunto.

Motivado pelas campanhas que se desenvolvem nesse sentido, estamos elaborando pequeno trabalho solicitando

providências por parte dos Ministérios da Educação e da Justiça, e a colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil e da Confederação Brasileira de Desportos, a fim de que sejam procedidos estudos na legislação que rege o esporte que se pratica no Brasil, bem como sejam criados Cursos de Formação do Atleta Profissional, pois, jamais devemos esquecer do seu lema básico: "MENS SANA IN CORPORE SANO".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jayme Canet Júnior e o Secretário dos Transportes, Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, atendendo a reivindicação do povo de Tuneiras do Oeste, transmitida pelo Prefeito Leônicio Correia, Deputado Federal Igo Iwant Losso e pelo Deputado que a este subscreve, decidiram pela pavimentação de uma via de acesso à sede do referido município, desde a rodovia que liga Maringá a Guaíra;

Considerando que após estudos técnicos foi definido o trecho de 14,5 km, que liga Tuneiras do Oeste a Tapejara;

Considerando, finalmente, que a populosa sede do Distrito de Marabá fica distante da estrada a receber a melhoria, requeiro à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao Secretário dos Transportes, solicitando estudos sobre a viabilidade da mudança do projeto já aprovado, para que a pavimentação atinja Marabá ou a inclusão em futuro plano, do acesso da rodovia supra mencionada ao Distrito, numa extensão de menos de três mil metros.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Sr. Prefeito Saul Raiz, de Curitiba, remetendo a carta anexa, que nos foi enviada pelo Sr. OSCAR BATISTA DE OLIVEIRA, denunciando **arbitrariedades, violências e corrupção**, praticadas por integrantes do quadro de Fiscais da Prefeitura do Município de Curitiba, quando procedem o trabalho de fiscalização da atividade dos **VENDEDORES AMBULANTES**. Por outro lado, encarecer ao Sr. Prefeito de Curitiba, que determina providências energéticas e imediatas, no sentido de responsabilizar os servidores infratores, bem como, ajustar medidas que venham definitivamente, de forma LEGAL, MORAL e HUMANA, solucionar o gravíssimo problema.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

A atividade de Vendedor Ambulante, não pára, e não vai parar nunca. Não é possível que o Sr. Prefeito de Curitiba ainda não conseguiu enxergar isso. A violência, a opressão, a arbitrariedade, darão sempre conseqüências ainda mais desastrosas, gerando falcitruas, sadismo e a afronta à Lei Maior, que preside os Inalienáveis DIREITOS HUMANOS. Por que não se buscar uma solução mediadora e aceitável por todas as partes? — Já se sabe que o problema foi equacionado satisfatoriamente em outras grandes cidades, inclusive em capitais de estados. Qual a razão Moral, Humana e Cristã que pode justificar as nocivas atitudes de integrantes do quadro da Fiscalização da Prefeitura de Curitiba? — principalmente, quando está envolvido o Sr. Chefe do Setor.

Em vez de brandir a criminoso arma da violência, é obrigatório que a autoridade não permita mais a OMISSÃO, e rebusque na inspiração superior de uma Administração decente, uma solução legal, moral e cristã. Afinal de contas, ainda é bem melhor o vendedor ambulante que busca sobreviver dessa forma, do que o marginal que agride a família brasileira.

Senhor Prefeito, os vendedores ambulantes não são, absolutamente, bandidos. São trabalhadores que querem viver honestamente. Não é difícil ajustar isso, basta Sua Excelência compreender isso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinada à Secretaria de Estado da Administração, que promova estudos visando a construção de um prédio destinado a um teatro na cidade de Paranavaí.

A solicitação que se faz, tem por finalidade dotar Paranavaí, uma das mais importantes cidades de nosso Estado, e centro convergente da região noroeste, de um recinto público que possa divulgar a toda gama da população, a cultura do nosso povo.

Atualmente, o Poder Público Federal, através do Ministério da Educação e da Cultura, vem estimulando e divulgando a cultura brasileira por toda a Nação, através de programas especiais com caráter tipicamente popular, o que faz com que os órgãos estaduais, também assim procedam, proporcionando ambientes próprios que possam comportar essas promoções e possibilitem a sua melhor divulgação para toda a população.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Manoel Gaona.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado, e, ao Doutor OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, Secretário de Estado dos Transportes, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Marabá, localizado no Município de Tuneiras do Oeste, é o maior polo produtor de café daquela região, com uma população que ultrapassa a mais de 12.000 (doze mil) habitantes, população esta, essencialmente agrícola, além de ser também o maior colégio eleitoral daquele município, que há muito reclama por melhores estradas para o escoamento de suas safras agrícolas. Tal solicitação foi apresentada na Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, pelo Vereador JOÃO FRANCISCO DA SILVA, tendo sido aprovada por unanimidade, por todos os demais Vereadores. A ligação asfáltica, Tuneiras do Oeste-Marabá e Br-86, virá de encontro aos anseios de toda aquela população, bem como de outros municípios, que se deslocam para outros centros, utilizando esta mesma estrada. Solicitamos o envio de cópias deste requerimento ao Presidente da Câmara Municipal, Prefeito Municipal, e, aos demais vereadores do Município de Tuneiras do Oeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EURO BRANDÃO, DD. Ministro da Educação e Cultura; ARMANDO FALCÃO, DD. Ministro da Justiça; RAYMUNDO FAORO, DD. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e Almirante HELENO NUNES, DD. Presidente da CBD, sugerindo-lhes, em razão da violência que vem impe-

rando na prática do esporte, e, principalmente no futebol:

1.º) Sejam procedidos estudos para a atualização de nossa legislação penal, visando reprimir os crimes contra a pessoa praticados durante competições esportivas.

2.º) Sejam limitadas, em razão do item anterior, as penas de suspensão pelos Tribunais Esportivos até o máximo de 30 (trinta) dias, salvo se o atleta punido estiver respondendo processo criminal ou for condenado pelo Juízo de Direito competente, para julgar a sua falta.

3.º) Sejam criados Cursos de Formação do Atleta Profissional, em convênios com as Federações Estaduais de Futebol.

4.º) Seja promovida campanha nacional de orientação ao atleta profissional, árbitros, dirigentes e espectadores, sobre os reais objetivos do esporte, propagando-se o lema: "MENS SANA IN CORPORE SANO".

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Toda a imprensa nacional está relatando fatos estarrecedores sobre a indisciplina e a violência que imperam em nossas praças de esportes.

Ao lado dessas notícias, deve-se promover uma salutar campanha para orientação dos atletas, dirigentes de clubes, árbitros e até mesmo espectadores, de cujo comportamento depende a elevação e sublimação do esporte. Daí conclamarmos nossas autoridades constituídas, principalmente do Ministério da Educação, e, também, o Presidente da CBD, para lidarem uma campanha de âmbito nacional, visando a recuperação das atividades esportivas.

Quanto à violência que vem sendo denunciada pela imprensa e diariamente presenciada por milhares de telespectadores ou nas próprias praças de esporte, suas causas já estão sendo amplamente debatidas, esperando-se providências e soluções a curto e médio prazo.

Sugerimos, de imediato, que sejam criados Cursos de Formação aos Atletas Profissionais, de frequência obrigatória, através de convênios firmados entre o Ministério da Educação e Cultura, Confederação Brasileira de Futebol e as Federações Estaduais de Futebol.

Justifica-se a criação desses cursos, pois, conforme declarou em programa de televisão um conceituado árbitro de futebol, a quase totalidade de jogadores de futebol desconhece as pouquíssimas regras que regem aquela modalidade de esporte, não tendo a menor formação profissional.

Ora, se a qualquer profissional liberal, técnicos, servidores públicos ou mesmo motoristas são exigidos conhecimentos mínimos para o exercício de suas profissões, porque relegarmos ao abandono, sob o aspecto de formação profissional, os nossos atletas profissionais?

A educação dos esportistas e desportistas poderá constituir-se no primeiro importante passo para que a violência desapareça definitivamente.

No que diz respeito à limitação das penas de suspensão em 30 (trinta) dias, por parte dos Tribunais de Justiça Desportiva, salvo determinação emanada de Juízes de Direito, dependendo de legislação específica, parece-nos o procedimento mais acertado.

O art. 4.º da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece que "a suspensão do empregado por mais de trinta dias consecutivos, importa na rescisão injusta do contrato de trabalho".

O § 6.º do artigo 129 do Código Penal Brasileiro prevê a pena de dois meses de detenção até o máximo de um ano, para as lesões corporais leves. O "caput" desse artigo estabelece a pena de três meses até o limite máximo de um ano para o crime de lesão corporal.

Esses delitos poderão ter a pena diminuída se o agente

houver cometido o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

Isso tudo, sem contar-se que geralmente os infratores são beneficiados com o "sursis".

Por outro lado, esse apenamento, com afastamento disciplinar compulsório do atleta de suas atividades profissionais, contraria frontalmente os §§ 15 e 23 da Constituição do Brasil, que, ao enumerar os direitos e garantias individuais, dispõe:

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 153 — A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

§ 15 — A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção.

§ 23 — É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

Ora, se um atleta ou dirigente técnico, por qualquer motivo, entra em vias de fato com um árbitro, cuja pena máxima seria de três meses de prisão ou apenas o pagamento de pequena multa, segundo a Lei das Contravenções Penais; poderá ser apenado, como geralmente acontece nos Tribunais Esportivos, em 6 (seis) meses ou até mesmo um ano de suspensão...

É inadmissível que se queira punir uma violência com uma violência!

Se por um lado as pequenas faltas são punidas com penas excessivas, os grandes delitos resultam no cumprimento de uma pena que pode ficar na simples suspensão automática por uma partida ou atingir três jogos sem a participação do atleta...

Enfim, é notória a falta de adequação das penas disciplinares às faltas e delitos que são praticados em canchas de esporte.

Aqui, entraremos no campo mais importante dessa proposição, que trata dessa adequação.

Tomemos por exemplo o futebol:

a) Se um atleta lesiona seu adversário numa disputa mais viril, o fato pode ser encarado como acidental.

b) Se um atleta atinge seu adversário num tranco desleal, numa disputa de bola, teria cometido uma lesão culposa.

c) Se o fato ocorre longe da disputa da bola ou no intervalo do jogo, o ato pode ser encarado como doloso.

Evidentemente, não podemos pretender que um Tribunal de Justiça Desportiva venha usar o Código Penal para julgar seus feitos, mas, os atletas, árbitros e dirigentes que sofrem agressão não terão direito de ingressar na Justiça comum?

E os crimes de danos? Se um Clube investe uma quantia de milhares de cruzeiros num jogador e a perna deste atleta (atletas caros, segundo se comenta, nesses dias de violência são visados pelo adversário) é quebrada numa jogada desleal? Ainda que seu colega de profissão não o desejasse, teria assumido o risco e seria responsável penal e civilmente pelas lesões praticadas. Solidariamente, responderia seu empregador, pelos prejuízos causados não só ao jogador lesionado, como também ao Clube adversário, pelo afastamento do atleta contratado com sacrifício monetário e pela falta da reposição do dinheiro que reverteria com a atração do público pelas suas apresentações.

Esses, alguns aspectos que poderão ser abordados em estudo ou até mesmo concursos sobre teses jurídicas que poderão ser promovidos pelos respeitáveis órgãos aos quais dirigimos este apelo, na forma de sugestão, para que auxiliem os brasileiros a preservar o ESPORTE como fonte sadia de diversão, educação física e mesmo cultural, revivendo o lema que vem sobrevivendo séculos após séculos: "MENS SANA IN CORPORE SANO".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimentar, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a construção de uma unidade escolar na localidade de Itaperiussu, em Rio Branco do Sul, para o funcionamento da 5.ª a 8.ª série do 1.º Grau.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(a) Alfredo Gulin

JUSTIFICATIVA:

O aumento de alunos em idade de cursarem o antigo ginásio e que procuram os bancos escolares, em busca de melhorarem a sua condição de vida, em consequência do melhor nível de educação, tem surpreendido os moradores de Itaperiussu, no Município de Rio Branco do Sul, os quais fazem uma veemente reivindicação no sentido de que seja construída uma unidade escolar para funcionamento da 5.ª a 8.ª série do 1.º Grau.

Assim, sabedores que somos de que um dos maiores objetivos da nossa atual administração é proporcionar condições de estudo àqueles que procuram os bancos escolares, e também, em vista das dificuldades que os alunos têm encontrado para prosseguirem em seus estudos, uma vez que a escola mais próxima e na qual funciona a segunda parte do 1.º grau, fica a muitos quilômetros daquela localidade, solicitamos aos ilustres Pares que apoiem a presente reivindicação, dando-lhe a sua aprovação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário para aprovar veemente apelo ao Ex.º Sr. Ministro da Saúde, Superintendente da SUCAM e Diretoria Regional do mesmo órgão no Paraná, no sentido de que fique na cidade de Cascavel a sede do Distrito da SUCAM, tendo em vista que a nova divisão (Portaria 219, de 13/06/78), sediou o Distrito em Foz do Iguaçu e rebaixou Cascavel para simples Posto. A situação geográfica permite a Cascavel ficar numa posição de aquidistância dos municípios de compõem o Distrito, ao invés da cidade de Foz do Iguaçu, que permanece numa das extremidades, gerando assim maiores despesas de transportes, dificuldade de comunicação e transtornos de toda ordem, sem contar na efemeridade da demanda, pois tão logo sejam as obras de Itaipu concluídas, desaparecerão as possíveis razões da mudança operada. Ora, o polo de Cascavel como centro regional, tem condições melhores, agora e sem dúvida para o futuro sediar aquele Distrito Sanitário, pois dispõe de complexo hospitalar invejável e apto a prestar o suporte que a SUCAM necessita.

Que da decisão, encaminhe-se expediente comunicando o fato às seguintes autoridades:

a) Prefeitura Municipal de Cascavel.

b) Presidência e Liderança de Bancadas da Câmara Municipal de Vereadores de Cascavel.

c) Chefe do Posto da SUCAM em Cascavel.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

JUSTIFICATIVA:

INTRODUÇÃO

Com o advento da Revolução de 1964, o Governo Federal desenvolveu a Reforma Administrativa nos Órgãos da Administração direta e das Autarquias. Muitos órgãos foram extintos e outros criados e para exemplo citamos o ex-Departamento Nacional de Endemias Rurais, substituído pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, sendo seu Superintendente o Senhor Dr. Ernani Guilherme da Mota e sendo Diretor Regional no Paraná, o Senhor Dr. Antônio Alcides Klug.

HISTÓRICO

Pelo Decreto n.º 77.388, de 06/04/76, publicado no D.O. da União, em 07/04/76, criou-se o Fundo SUCAM.

Pela Portaria n.º 83, de 07/07/76, estabeleceu o número de Diretorias Regionais, uma para cada unidade da Federação, compostas por 80 Distritos em toda a Federação.

Pela Portaria BSB 242, de 03/12/76, estabeleceu às áreas de jurisdição dos Distritos que integraram à Diretoria Regional do Paraná, com a seguinte Divisão Administrativa:

- I — Distrito de Cascavel, constituído por 73 municípios;
- II — Distrito de Foz do Iguaçu, constituído por 22 municípios;
- III — Distrito de Londrina, constituído por 138 municípios;
- IV — Distrito de Paranaguá, constituído por 55 municípios.

Os trabalhos técnicos da SUCAM se desenvolvem a nível de Operação de Campo no combate as principais Endemias Rurais:

- 1) Malária;
- 2) Combate ao Barbeiro (Transmissor da Doença de Chagas);
- 3) Tracoma;
- 4) Esquistossomose;
- 5) Verminose; e,
- 6) Imunização contra a Febre Amarela.

— Estabelecido os Distritos da SUCAM no Paraná e, estruturado administrativamente o Distrito de Cascavel, passou-se a operar Tecnicamente em 17/07/77, e para isso, contratando e transferindo de outras áreas, para esta servidores para o desenvolvimento dos pré-estabelecidos no combate às Endemias pertencentes a esta jurisdição.

— Fazendo um retrospecto histórico dos acontecimentos antes da reforma administrativa, no Paraná, existia o (DEPARTAMENTO DE ENDEMIAS RURAIS), sendo a sua antiga divisão administrativa assim constituída:

- I — Distrito de Jacarezinho (na cidade de Jacarezinho - Norte Pioneiro do Estado).
- II — Distrito de Londrina (na cidade de Londrina, na região do Norte Novo do Estado).
- III — Distrito de Paranaguá (na cidade de Paranaguá, região litorânea do Estado).

Com o advento da Revolução e implantada a Reforma Administrativa, e com a Publicação da Portaria n.º BSB 242, de 03/12/76, que estabelecia a nova divisão administrativa da SUCAM no Paraná, ficava extinto por aquela Portaria e passava à categoria de Posto o então Distrito de Jacarezinho.

Mas inconformados, os servidores daquele Distrito com tal acontecimento e, ligados tradicionalmente àquela cidade, empreenderam uma verdadeira campanha liderada por Deputados e Prefeitos da microregião, os quais usando de meios próprios, reivindicaram junto ao Senhor Superintendente a Desativação do Distrito de Cascavel e a Ativação do Posto de Jacarezinho, levando este à categoria de Distrito propondo uma nova Divisão Administrativa no Paraná, cujo ato foi consumado pela Portaria n.º 219, de 13/06/78, do Senhor Superintendente da SUCAM. Publicado no D.O. da União, em 19 de junho do corrente, ficando assim extinto o Distrito de Cascavel, transformado à categoria de Posto com tempo determinado de permanência em Cascavel, isto é, até julho do próximo ano, cuja área de atividade ficou agora subordinada ao Distrito de Foz do Iguaçu.

— Levando-se em consideração, que o grupo Técnico que idealizou a Divisão Administrativa da SUCAM, aprovada pela Portaria BSB 242, de 03-12-76, atentou em localizar as Sedes dos Distritos em polos administrativamente econômicos, visando geralmente o centro de cada área administrativa, como pode ser observado nos mapas em anexo, sendo que no Mapa n.º 1,

está contida a divisão administrativa aprovada pela Portaria n.º BSB 242, de 03-12-76 e, no Mapa n.º 2, está contida a atual Divisão Administrativa da SUCAM no Paraná.

Tendo o Distrito de Cascavel em sua plenitude de existência, desenvolvido com êxito Técnico Administrativo os trabalhos de combate à verminose, com destaque especial, para a esquistossomose Mansonii, e o combate ao "Bicho Barbeiro", inseto transmissor da Doença de Chagas.

Expomos abaixo um demonstrativo estatístico do número de exames coposcópicos realizados no primeiro semestre de 1978, para diversas verminoses:

Número de exames realizados: 22.984

Número de exames Positivos: 13.430.

No combate ao Barbeiro, foi realizado o reconhecimento Geográfico e o levantamento do índice Chagásico em 44 municípios dos que compunham a jurisdição do ex-Distrito de Cascavel.

Certo é, que doravante, esta área sob a jurisdição do Distrito de Foz do Iguaçu, os trabalhos, até em desenvolvimento, sofrerão algumas interrupção, pois haja visto que as atenções daquela administração estão voltadas com prioridade ao Projeto Itaipu.

Projeto de Resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — O art. 23 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso e parágrafos:

Art. 23 —

I —

II —

III —

IV — Cabe à Mesa promover, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos, para universitários de todo o Estado.

§ 1.º — A inscrição será feita atendendo a regulamentação baixada pela Mesa;

§ 2.º — O número de estagiários e a duração do estágio reger-se-ão por Regulamento baixado pela Mesa;

§ 3.º — Os estagiários estarão sujeitos ao regime disciplinar dos funcionários da Secretaria da Assembléia e obedecerão as normas fixadas pela Mesa quanto aos locais e horários de trabalho.

§ 4.º — As despesas decorrentes do disposto neste inciso constarão do Orçamento;

§ 5.º — Ao término do estágio, cada estagiário apresentará um relatório escrito e receberá um certificado nos termos do Regulamento baixado pela Mesa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(a) Trajano Bastos

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 165/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. LÍBERO MASSARI, pelos seus relevantes serviços prestados em prol da coletividade paranaense.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1978.

(a) Ezequias Losso

JUSTIFICATIVA:

Segundo informativo assinado pelo jornalista Azid Ahmed, o Sr. Getúlio Sales Sobral, Presidente da FAESE — Fe-

deração da Agricultura do Estado do Sergipe, dirigindo-se recentemente ao Presidente do INPAS, disse num discurso:

"Se amanhã algum tabaréu ou caipira deste imenso Brasil dirigir-se a V. Ex.^a, como Dr. Líbero Massari FUNRURAL, não receba isso como lisonja grosseira, e sim como preito de profunda gratidão, expressada pela singeleza do homem do campo. É impossível falar de FUNRURAL no Brasil sem associar-se o seu nome ao de Líbero Massari".

Existem nomes de dirigentes que se confundem com os nomes dos órgãos dirigidos. A referência ao nome do titular de um órgão, como no caso, identifica o próprio órgão. Desde os mais inóspitos arraiais até às mais opulentas fazendas, o homem do sertão brasileiro devota ao FUNRURAL não apenas respeito, mas um carinho bem próprio ao seu espírito nativo. Um reconhecimento nacional aplaca, com justiça, o obstinado desempenho do Sr. Líbero Massari na implantação da previdência social rural em nosso País. Ele acompanhou a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural desde a sua concepção até a recente reforma administrativa do sistema previdenciário que, entre outras providências, extinguiu o FUNRURAL como órgão executor do PRO-RURAL, mas não acabou com o programa, conforme tem sido exaustivamente explicado.

O Sr. Massari é um homem do campo em sua origem e, particularmente, nos seus hábitos. Filho de imigrantes italianos, percorreu uma carreira inusitada no serviço privado. Começou a trabalhar com 14 anos de idade, quando ainda cursava o ginasial no Externato Marques, em São Paulo: era praticante na Contadoria Geral da Estrada de Ferro Sorocabana. Em sua juventude, fez de tudo um pouco: foi bancário, caixeiro viajante, comerciante, encarregado de Secretaria na Associação Paulista de Imprensa, Chefe de Escritório da Cia. Bourroughs do Brasil (Filial em São Paulo).

Habilitado em concurso na carreira de Fiscal, iniciou uma vitoriosa caminhada pelo serviço público federal, ingressando no antigo IAPI no dia 02 de janeiro de 1938, primeiro dia de funcionamento do então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Nos seus 40 anos de vida previdenciária, registra uma sucessão de acessos, especializações e promoções. No antigo IAPI, ascendeu a Oficial Graduado e, mais tarde, a Técnico de Previdência e Seguros (atual Técnico de Administração), tendo desempenhado, naquela instituição, a partir de 1941, vários cargos de confiança. Em dezembro de 1964, foi chamado a integrar o Grupo de Trabalho que administrou a Previdência Social Rural, no período inicial de sua implantação. Em 1966, foi Diretor do Departamento de Benefícios do INPS e, no ano seguinte, Assessor da Presidência do mesmo Instituto para Assuntos da Previdência Social, sendo Diretor Geral do FUNRURAL desde a sua criação até a sua extinção como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Em setembro de 1971, o Sr. Líbero Massari foi designado pelo Governo Federal para representar o País na 6.^a Reunião da Comissão de Trabalho nas Plantações - OIT, realizada em Genebra, Suíça.

O Presidente do IAPAS possui duas dezenas de títulos de Cidadania, sendo cinco deles de Estados (Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Paraíba e Minas Gerais).

Um título é guardado com particular carinho: o de Cidadão Benemérito de Itápolis, cidade paulista onde nasceu.

Condecorado, no grau de Comendador, com a Medalha do Mérito do Trabalho, o Sr. Líbero Massari já foi agraciado com as seguintes Medalhas: da Inconfidência, concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em abril de 1973; Comemorativa do Centenário da Morte do Poeta Fagundes Varela, pela Câmara Municipal de Rio Claro - RJ, em agosto de 1975; do Mérito Indigenista e Diploma Honoris Causa, pela Fundação Nacional do Índio, em abril de 1976; do Mérito Agrícola, pela

Confederação Nacional da Agricultura, em setembro de 1976; Cavaleiro Gran-Cruz e respectivo diploma, concedido pelo Conselho da Estrela e Cruz de Honra ao Mérito Rural, em novembro de 1976, em São Paulo; Medalha de Pacificador, pelo Ministério do Exército, em novembro de 1976; e finalmente, agraciado com a Medalha da Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador, por Decreto de 11 de abril de 1977, do Presidente da República.

Por estas razões, com satisfação propomos o presente plano de Lei na certeza do apoio dos nobres Deputados desta Assembléia.

PROJETO DE LEI N.º 166/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Ordem dos Pregadores (Província Dominicana "Utriusque Lombardiae"), as áreas de terreno abaixo descritas, situadas no Bairro Tarumã, nesta Capital:

I — Terreno de forma retangular, com área de 27.500 m² (vinte e sete mil e quinhentos metros quadrados) com frente para a rua Konrad Adenauer (antiga Avenida Contorno do Jôquei Club) medindo 110 m de extensão; do lado esquerdo de quem desce rua olha de frente para o terreno, confrontando com terreno pertencente ao Jôquei Clube Paranaense, na extensão de 250 m; do lado direito, fazendo frente para rua projetada, na extensão de 250 m; e finalmente confrontando pelos fundos com terreno remanescente do Estado do Paraná, na extensão de 110 m;

II — Terreno com área de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) com frente para rua projetada, na extensão de 31 m; do lado esquerdo, de quem desce rua olha de frente para o terreno, confrontando com terreno remanescente do Estado do Paraná, na extensão de 134 m; do lado direito confinando com terreno do Estado do Paraná, destinado a constituir "Setor Especial de Preservação do Fundo do Vale" e "Faixa de Drenagem" do Rio Bacacheri, na definição do Decreto n.º 400, da Prefeitura Municipal de Curitiba, na extensão de 134 m; e finalmente, pelos fundos, confinando com terreno de propriedade do Jôquei Clube Paranaense, na extensão de 31 m.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Jesus, as áreas de terreno abaixo descritas, situadas no bairro do Tarumã, nesta Capital:

I — Terreno de forma retangular com área de 37.950 m² (trinta e sete mil, novecentos e cinquenta metros quadrados) com frente para a Rua Konrad Adenauer (antiga Avenida Contorno do Jôquei Clube) medindo 110 m de extensão; do lado direito, para quem, dessa rua, olha de frente para o terreno, confrontando com terreno pertencente à Sociedade de Socorro aos Necessitados, na extensão de 345 m; do lado esquerdo, fazendo frente para rua projetada, na extensão de 345 m; e finalmente fazendo fundos com terreno remanescente do Estado do Paraná, na extensão de 110 m.

II — Terreno com área de 3.440 m² (três mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados) fazendo frente para rua projetada na extensão de 38,70 m (trinta e oito metros e setenta centímetros), do lado direito para quem, dessa rua, olha de frente para o terreno, confinando com terreno remanescente do Estado do Paraná, na extensão de 134 m; do lado esquerdo com terreno do Estado do Paraná destinado a constituir "Setor Especial de Preservação de Fundo do Vale" e "Faixa de Drenagem" do rio Bacacheri, em conformidade com o Decreto n.º 400, da Prefeitura Municipal de Curitiba e na extensão de 314 m; e finalmente, com fundos para terreno de propriedade da Sociedade de Socorro aos Necessitados, medindo 38,70 m (trinta e oito metros e setenta centímetros).

Art. 3.º — A execução das disposições dos artigos anteriores será precedida da rescisão das escrituras e cancelamento

dos respectivos registros nas Circunscrições competentes, providos com base nos arts. 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.005, de 25 de outubro de 1952.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.005, de 25 de outubro de 1952 e disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

PROJETO DE LEI N.º 167/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PALOTINA — A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, de Palotina, fundada em 19 de setembro de 1976, presta serviços em benefício da comunidade palotinaense, dedicando-se especificamente ao amparo da criança e gestante pobre, daquele município.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, mantida por recursos financeiros próprios e de subvenções de órgãos públicos.

Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI N.º 168/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1.978.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

O SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., de Palotina, foi declarado de utilidade pública municipal, pela Lei n.º 604, de 29 de maio de 1.978.

É uma entidade de caráter beneficente, que trabalha em favor da população palotinaense menos favorecida.

Não possui fins lucrativos, mantendo-se com seus próprios recursos e de Subvenções de órgãos públicos.

Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (**Muggiati Filho**) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É preciso que a administração pública seja efetuada, seja realizada, como um livro aberto, aonde a imprensa, aonde o povo, enfim, aonde todos conheçam amplamente os atos, as atitudes, dos governantes.

E um fato, Sr. Presidente, que nos tem constrangido muito nesta Casa, porque, constantemente, somos abordados nos corredores desta Assembléia Legislativa, em nosso Gabinete, até na rua, quando encontramos funcionários e até pessoas que não pertencem ao Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, que fazemos parte.

Tanto, que isso mostra que o problema, o fato, já extrapolou os limites, os muros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Trata-se, Sr. Presidente, das nomeações de funcionários, nesta Casa.

Os comentários mais agressivos, menos agressivos, mais revoltados, menos revoltados, condenando, agredindo, denegrindo, numa voz só, Senhores Deputados, a afirmar que a Comissão Executiva cometeu elementar, imoral ato de ilegalidade, ao proceder algumas nomeações que ocorreram de julho a agosto para cá.

Sem entrar no mérito da questão — nem sabemos realmente se foram efetuadas algumas nomeações — gostaríamos de apelar a Vossa Excelência para que, se realmente isso ocorreu, que a Presidência determine que os pareceres jurídicos que orientaram a Mesa Executiva a proceder tais nomeações fossem publicados, Sr. Presidente, para que os funcionários desta Casa, os Senhores Deputados, e quem mais se interessar, tomassem conhecimento. Bem como, Sr. Presidente, que esses pareceres jurídicos que ampararam essas nomeações, fossem remetidos à nossa Liderança, à Liderança da bancada do MDB, principalmente, para que nosso Líder pudesse informar, transmitir àqueles que estão a condenar esses atos que, sinceramente, Sr. Presidente, ainda não temos conhecimento se ocorreram.

O fato ganha gravidade quando percebemos que o Concurso que seria efetuado para preencher uma série de vagas neste Poder, foi impugnado, foi transferido, ou foi protelado, ou simplesmente cancelado. Porque o meio legal, ou o meio perfeitamente moral de se preencher essas vagas, seria através de um concurso público.

Agora, se realmente, as nomeações ocorreram e o concurso foi cancelado, realmente a imagem fica distorcida e isso não fica bem para o Poder Legislativo que precisa de muita postura, muita dignidade, para poder desempenhar as suas funções e, principalmente, combater, lutar, contra um Poder Executivo absoluto, incapaz, totalitário, incompetente, que agride o direito, que ofende nossas instituições, que desgoverna o País, que maltrata o povo, que se omite diante da corrupção e da incompetência.

Pois bem, Sr. Presidente, a nossa solicitação: se houveram nomeações, que os pareceres jurídicos fossem publicados, fossem remetidos aos Senhores Deputados, principalmente à nossa Liderança; e, se não houveram as nomeações, que também a Presidência esclareça.

E, por outro lado, se não houve, ainda, por determinação de Vossa Excelência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, para, Sr. Presidente, resguardar a figura de dignidade do Sr. Presidente, do Sr. 1.º e 2.º Secretários desta Casa, que evidentemente o são.

Obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa da Assembléia, um apelo ao Senhor Ministro da Saúde, para que reveja a Divisão Administrativa da SUCAM — Superintendência das Campanhas de Saúde Pública, porquanto, num reestudo daquele órgão, foram reescritos os distritos sanitários do Paraná, e a cidade de Cascavel perdeu a sede de um Distrito para a cidade de Foz do Iguaçu.

Ora, a minha região, Sudoeste, com isso, sofre um grande prejuízo, porquanto aquelas pessoas que chegavam a Cascavel para serem atendidas, agora demandam ir até Foz do Iguaçu, com a perda de tempo, de custo de transporte, enfim, que não se justifica a medida adotada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando a oportunidade de ocupar a tribuna, quero registrar aqui, Sr. Presidente, a minha discordância e até a minha revolta ao constatar o fato lamentável que a Nação brasileira

assistiu, e que todo mundo presenciou por ocasião da visita do Presidente francês ao Brasil.

Sr. Presidente, De Gaulle já havia afirmado de que o Brasil não é um País sério e, agora, a esposa do Sr. Giscard D'Estaing, parece colocar em cima da ombridade, da dignidade do povo brasileiro, uma humilhação que não pode ficar calada, que não pode ficar sufocada por aqueles que, ao menos, têm um pouco de vergonha neste Brasil.

A proposta daquela senhora de levar para a França crianças carentes de recursos, menores abandonados, tratando, assim, da vida e da dignidade humana, como mero assunto de exportação, me parece, Senhor Presidente, deva ser repelida com veemência, por todos aqueles que sabem que uma nação não deve se vender e se humilhar por uma situação de crise passageira. Se é incapacidade do atual Governo de resolver o problema do menor abandonado, não é com isso que amanhã, brasileiros importados hoje para a França, venham acusar as atuais gerações de terem relegado o patriotismo, de terem passado um atestado de incompetência para solução dos nossos próprios problemas.

Se o mundo inteiro se ocupa em apresentar estatísticas das cifras assombrosas de menores abandonados, Senhor Presidente, não pode o Governo brasileiro, esta nação, um dos países mais ricos deste Globo, com produção de alimentos capaz de saciar a fome de todo o mundo e lamentavelmente, de um governo entreguista que faz o jogo das multinacionais.

Não podemos, Senhor Presidente, passar um atestado de incompetência quando aqui no Brasil, existem condições e capacidade de resolvermos este problema a curto prazo.

Por isso, Senhor Presidente, deixei aqui o meu protesto quando brasileiros pretendiam importar vítimas de guerra do Vietnam, guerra hedionda que os vendedores de armamento fizeram.

Não quero, Senhor Presidente, me incluir entre aqueles que, pela omissão, talvez concordem com essa solução para que daqui a quinze, vinte ou trinta anos, quando um brasileiro desses que seja levado à França, possa relegar o solo pátrio, porque infelizmente a incompetência do nosso Governo não deu condições para que ele, na terra em que nasceu, com sua família, com seus compatriotas pudesse ter um lugar ao sol.

Por isso, Sr. Presidente, fica qui o meu protesto e fica aqui o meu voto de discordância à proposta da digníssima esposa do Presidente francês, que talvez possa ter tido os melhores dos propósitos, mas é um propósito vexaminoso e humilhante para a Nação brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente eu gostaria de manifestar a minha solidariedade ao ilustre líder da bancada do MDB, neste assunto que ele acaba de abordar.

Não conheço, nem li notícias nos jornais de que tal fato tenha acontecido, e talvez, acredito realmente nas palavras de que tenha sido escrito, e que talvez tenha tido realmente as melhores intenções a primeira dama do país amigo, que é a França. Mas eu também concordo plenamente de que seria vergonhoso para o Brasil, que os seus filhos fossem de uma forma indireta, deportados para outro país, para que tivessem assistência.

Principalmente este modesto Deputado, que acompanha de perto o esforço de um grupo de homens na cidade de Londrina, onde através de uma escola, exatamente a escola do menor desamparado de Londrina, do menor carente, num esforço incomum, numa luta realmente gigantesca para apurar e arrecadar fundos para proteger os menores desamparados daquela região de Londrina, onde hoje, graças aos esforços

de meia dúzia de pessoas somente, vários cursos profissionalizantes estão funcionando numa escola começada há menos de quatro anos, hoje atendendo duzentos e cinquenta menores desamparados e cujo projeto final será de atender duas mil e quinhentos.

Portanto, a minha solidariedade aqui a este voto de protesto do eminente Deputado Nilso Agarezzi.

Mas o assunto que me traz é apenas para registrar no dia de hoje, nesta Casa, é um assunto que há muito tempo eu vivo lutando e debatendo, não na condição de Deputado, mas na condição de representante de uma classe trabalhadora no Estado do Paraná. É com respeito às visitas que os digníssimos senhores Oficiais da Escola Superior de Guerra do Brasil fazem a diversas regiões brasileiras, a diversas cidades, como recentemente a Curitiba e agora em Londrina, para numa análise profunda dos problemas, do conhecimento dos problemas brasileiros, eles visitam o interior de nosso Estado e as capitais e lhes são apresentados através de Secretários de Estado, através do próprio Governador, um relato da situação do nosso Estado.

Eu li no jornal, ainda hoje, de que exatamente os Oficiais da Escola Superior de Guerra estarão em Londrina visitando o Instituto Agrônomo de Londrina e em seguida visitarão a Companhia Cacique de Café Solúvel e depois esses mesmos oficiais voltarão para o Rio de Janeiro, ou para Brasília ou para a própria Escola.

Então, o meu argumento e a minha luta é de que nestas visitas destes nossos Oficiais, que não ouvissem somente o relato, porque o que que é o Instituto Agrônomo por exemplo, irá falar, irá apresentar numa palestra aos Oficiais da Escola Superior de Guerra. Evidentemente, que vai apresentar aquilo que o Instituto Agrônomo vem realizando no Paraná, hoje, que não deixa de ser louvável.

Uma agricultura tecnificada, os seus cientistas, os seus agrônomos, os seus veterinários, a sua escola, funcionando perfeitamente bem como está funcionando. O que que a CACIQUE, por exemplo, vai apresentar a estes mesmos oficiais. Vai dizer, sem dúvida nenhuma, que é uma das maiores empresas hoje, do Brasil, e que arrecada realmente para o Estado do Paraná e para o Brasil, realmente, participa com uma arrecadação muito grande.

Esses Oficiais, se tem como finalidade, o estudo sócio-econômico da Nação brasileira para que amanhã, nos comandos dos nossos quartéis, do Exército, e quem sabe até no próprio Comando do Brasil, como Presidente da República, como Ministro, como acontece hoje no País, a nossa luta, é que nessas visitas que esses Oficiais, também procurassem visitar as entidades classistas, conversar por exemplo, com a nossa Federação, saber hoje a situação, por exemplo, que atravessa um bóia-fria; o que que se poderia fazer para solucionar esse problema, a situação, por exemplo hoje, que atravessa o Sudeste e Oeste do Paraná com a suinocultura, com tantos outros problemas.

Então, Sr. Presidente, apenas faço esse registro hoje aqui, e vou trazer dentro em breve, um documento que nós já apresentamos através da nossa Federação, não como crítica mas como sugestão, à Escola Superior de Guerra Brasileira, que tantos benefícios, tantos méritos, realmente tem, em favor do Brasil, para que nesses viagens de conhecimentos que se faz hoje por todo o interior brasileiro, que não se visitasse somente e não se tomasse conhecimento somente, praticamente do grande desenvolvimento que é o Paraná, através de palestras, ou das grandes empresas, mas que se tomasse realmente, o conhecimento de uma outra realidade que nós temos no nosso Estado que é, isso que eu acabei de citar hoje, é a realidade do produtor de baixa renda, do bóia-fria, do trabalhador assalariado. E tenho certeza que esses ilustres Oficiais, que tanto desejam o bem da nossa Pátria e tanto desejam solução para os problemas

brasileiros, tenho certeza que eles se enganariam também na luta, para que nós, realmente, limpássemos essas manchas negras da História do Brasil hoje, como é o caso de milhares e milhares de menores abandonados, de crianças deficientes, sem proteção, e de outros setores da vida econômica brasileira que realmente, precisam ser conhecidas e levado a sério.

Era o meu registro, Sr. Presidente, e muito obrigado.

—Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Encerrado o Pequeno

Expediente, solicito da digna Chefia, do Serviço de Taquigrafia, que faça chegar às mãos do Presidente Titular desta Casa, a parte dos Anais da Casa, que trata do discurso proferido na sessão de hoje, pelo Deputado Valter Pietrângelo.

De vez que Sua Excelência dirigiu requerimento ao Presidente desta Casa.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à tribuna hoje, assunto que pretendo tratar, porém deixo para daqui a instantes; para, falando a esta Casa, falar ao Paraná, face à proposta imoral e indecente, Sr. Presidente, partida do biônico Presidente do Partido Governista deste Estado. (Lê):

“O Senador biônico do Paraná, Sr. Affonso Alves de Camargo, que nunca dependeu de voto para ocupar cargos públicos, nem para botar falação sobre as necessidades do povo e a política, compareceu à imprensa, para fazer demagogia: procura lançar a opinião pública pouco esclarecida contra as oposições, dizendo que deveriam ser extintos os horários políticos gratuitos nos meios de comunicação social.

Procura lançar a opinião pública contra o MDB, dizendo que está disposto a retirar o horário gratuito da ARENA se o MDB fizer o mesmo.

Fosse a atitude da Justiça mais incisiva e coerente, já teria o falador sido chamado às falas, pois sua demagogia ofende a lei e o espírito da lei criada para — presume-se — oferecer idêntica oportunidade de comunicação ampla a todos os candidatos, independente de sua área e condição social e econômica. Tal legislação pretende contribuir igualmente para a educação cívica do cidadão, dando senão à política pelo menos à campanha eleitoral um lugar de destaque necessário na informação organizada do telespectador, do rádio-ouvinte e do leitor.

Quando o Sr. Affonso Camargo minimiza a importância dos horários gratuitos do TRE está dizendo em outras palavras que é incômodo e inútil. Está dizendo diretamente que a Justiça Eleitoral e a legislação que a orienta não são resultado de necessidades e sim de alvitres; inclusive no espírito, que é o que defendemos.

Isso quanto ao espírito da legislação e seu sentido.

Quanto à realidade concreta, não ignoramos que aborrece a grande parte dos telespectadores, ouvintes e leitores (se ocupassem o mesmo espaço nos jornais de circulação estadual) uma programação compacta, em que se confunde qualificação com currículo; em que se impede o partido e o candidato a dizer de seus vínculos e de seu programa político; em que se impede ao partido da oposição e seus candidatos de falarem diretamente ao povo.

De quem é a responsabilidade pela atual situação? Do partido dirigido pelo Sr. Affonso Camargo, Ney Braga, Jayme Canet e secundados pelo Sr. Odilon Túlio Vargas e outros. Do Governo Federal, da constituinte da Granja, dos estrategistas do Planalto e seu oportunismo mistificador; do estafeta político Petrônio Portela; do inolvidável Francelino Pereira.

Foram e são estes os responsáveis pela falsificação eleitoral, pela violência contra a vontade popular, que impede o povo de se organizar, de se reunir e decidir sobre suas necessidades, culminando com a eleição de quem lhes mereça maior

confiança, num processo eleitoral limpo e equilibrado.

Isso quanto à responsabilidade pela coação e violência contra a vontade popular, que termina em irritação do público.

Mas há ainda a corrupção e a fraude, de que é responsável, entre outros, o Sr. Affonso Camargo: O Governo, fraudando a legislação e a moral política, se lança furiosamente em campanha eleitoral com os recursos públicos. Inaugurações são transformadas em palanque dos candidatos; benfeitorias são atribuídas aos comandos políticos. O Governador e o ex-ministro viajam com ampla cobertura da imprensa paga e levam seus candidatos a tiracolo, num despudor e numa afronta ao povo paranaense, sem paralelo na nossa história.

Esses eventos fabricados pelo grupo que domina o Paraná, a oligarquia política e financeira do Estado, são fartamente noticiados e transformados em propaganda política, para influenciar no eleitorado. Nem uma palavra do Senador Biônico, nem de seu par.

Se a ARENA e o Governo quiserem abandonar o horário gratuito do TRE, acho que nada perderiam. Podem se dar ao luxo de fazer isso e até ganhar o aplauso daqueles que se desgostam com a interrupção de seus programas favoritos. Já têm espaço em forma de fraude e corrupção eleitoral nos veículos

com os cofres estaduais. Já vêm com suas notícias fabricadas no Palácio Iguaçu e em suas prefeituras em cima do horário gratuito do MDB autorizado pela Justiça Eleitoral.

O Sr. Affonso Camargo e seu grupo, bem poderiam fazer isso. Retirar a propaganda da ARENA no horário gratuito, pois o que viu e ouviu o paranaense ao longo de todos esses anos senão que ao milagre brasileiro sucedeu e está sucedendo o “milagre” do Sr. Jayme Canet Júnior e do educador Ney Braga? Senão que o presente e o futuro do Paraná, conforme aleivosos anúncios regamente pagos pelo governo com os cofres públicos — dependem da oligarquia que define e quer dominar sempre este Estado? A ARENA e os candidatos do governo não precisam de publicidade: já tem a corrupção e a fraude campeando Paraná afora.

O MDB, ainda que reconheça as dificuldades do público, não deve retirar-se do único espaço público de que dispõe. Quando mais não seja para dar avisos para a população sobre seu programa de lutas.”

Tinha, Sr. Presidente, antecedendo ao pronunciamento que desejo fazer, tratar, desta questão, posta pelo partido governista, com relação à publicidade e a propaganda eleitoral, em nosso Estado.

Tomo o assunto que me trouxe à tribuna, Sr. Presidente. (Lê):

“Estamos vivendo a antevéspera de grandes acontecimentos. A luta do povo brasileiro pela liberdade e o progresso social é o motor que move a nação em busca de seus destinos. As “reformas” que faz o governo com sua trupe camerística são as manobras contra a corrente popular. E as eleições constituem um episódio nesse processo político geral.

A nação brasileira está esfomeada, de comida e de participação social e política. Num País que a crise mostrou ser um gigante “milagroso” com os pés de barro. Há muita fome, muita miséria, enquanto as figuras de opereta, nos parlamentos políticos falem de sua adesão governista, de seu despudor postulando à sombra do poder corrompido e corruptor.

Os carcomidos — figura empregada em política há dezenas de anos atrás — voltaram a ocupar os comandos políticos. O Brasil regrediu politicamente a antes de 1930. As oligarquias instaladas no poder são muito semelhantes, e até têm os mesmos nomes, aquela que tomaram a nação a voto de bico-de-pena, designados para o parlamento estadual e nacional pelo autoritarismo reacionário.

A figura dos “patriarcas”, “contestáveis”, “coronéis da guarda nacional” voltou a ter vigência. Somos um país governado por velhos; de senectude moral e política. Não apenas

velhos na idade, como velhos na conduta e nos objetivos autoritários.

A luta do povo brasileiro pela liberdade e o progresso social passou pelo período do anestesiamento, da mistificação e da esperança lançada pelas campanhas governamentais de um "Reich de mil anos". E à medida em que os patriotas e líderes conscientes se rebelavam eram expurgados da vida social e política; ameaçados, torturados, presos e mortos.

Não sabemos quantos foram os prejudicados, os desempregados, os falidos, os emigrados, os processados, os torturados, os presos, os mortos. É uma herança muito pesada para ficar no anonimato, para ficar no esquecimento como simples "sequelas" do processo de espoliação econômica, da fraude e da corrupção, que se institucionalizaram neste país.

Para montar um modelo de entrega das riquezas nacionais a grupos estrangeiros e apátridas, para criar um modelo de rapinagem montado sobre o trabalho dos brasileiros; para formar grupos econômicos e políticos beneficiários do novo Sistema, a nação foi apunhalada pela ameaça, pelo silêncio, pelo trabalho semiescravo, pelas proibições, cassações e torções políticas.

Voltamos a ser o país do agiota, do usurário, do especulador, do grileiro, do torcionário, do espião, do delator e do beleguim.

As lideranças populares protestam contra esse estado de coisas. Uma a uma são pressionadas, cassadas, envolvidas em tramas de descrédito. As que restaram tentam realizar sua luta ajustadas às leis ilegítimas, procurando corresponder às necessidades do povo e ao mesmo tempo obedecer à legislação que a ditadura impôs à nação.

O povo descrê dessas lideranças. O governo diabolicamente sorri dessa desconfiança por ele provocada, por ele manipulada através de meios de comunicação monopolizados. A ilusão de eleições livres é seu trunfo; a ilusão da liberdade de imprensa monopolizada, a sua vitória estratégica.

Todavia, a fome, a insegurança social, as carências de saúde e educação; a carência de oportunidades para os jovens; a tragédia dos orçamentos domésticos, onde o salário não chega e a comida não é suficiente; a ausência de uma vida comunitária que assimile e contorne o impacto das migrações e da urbanização acelerada; que anule o extremo isolamento dos indivíduos pressionados e ameaçados em sua solidão. Tudo isso suplanta o aliciamento governista do consumismo, da prestação de bens de consumo, das mistificações das realizações e obras do presente para o futuro.

A nação brasileira está explodindo. Vai explodir de insatisfação e insatisfação; de fome e de carências de toda sorte. De afronta ante a riqueza desmesurada que se tornou um acinte a seu baixo padrão de vida. De irritação ante o achincalhe da corrupção.

Sim, a nação está explodindo. E o governo precisa ganhar de qualquer forma, sob qualquer trapaça, as eleições, para brandir mais este trunfo em sua propaganda contra o próprio povo; para anestesiá-lo, para amortecê-lo e continuar sua tarefa antinacional e antipopular até a consumação do seu tempo.

Os carcomidos estão no poder. Deles é o mundo. A oligarquia corrupta está no poder; os deteriorados pela fome de riquezas, apoiados pela força.

Mas eu creio estamos vivendo a antevéspera de grandes acontecimentos. As eleições fraudadas e manipuladas pelos agentes do governo e suas leis e seu direito poderão produzir o efeito que os oligarcas pensam usar como plebiscito, ou como continuidade; mas as necessidades sociais são muitas e não poderão ser represadas por tanto tempo.

Estamos chegando ao final de um período de opressão e exploração desenfreada. A oligarquia que infelicitava a nação brasileira, será batida com suas próprias armas, com a subversão econômica e social que trouxe aos brasileiros.

Se temos as maiores preocupações com a situação política brasileira, somos otimistas a respeito dos ventos que sopram apesar das ameaças, da exploração e da corrupção eleitoral.

Este governo podre será vencido pelo povo."

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a permite um aparte? (**Assentimento**) — Eminentíssimo Deputado Enéas Faria, quero congratular-me com V. Ex.^a pelo oportuno pronunciamento. Parece-me ser a síntese de uma situação nacional, e V. Ex.^a com maestria conseguiu colocar nesta Assembléia.

Por isso, estou inteiramente de acordo com V. Ex.^a e queira receber, em nome de nossa bancada, manifestação expressiva de que, realmente, o pronunciamento de V. Ex.^a é a voz da Oposição que precisa timbrar no Brasil de hoje.

Não importa o poder do capital econômico; não importa que todas as armas sejam utilizadas para ganhar uma eleição, nós acreditamos que a dignidade, que a verdade deverá ser filtrada nestas eleições. E a verdade é que o povo brasileiro está esgotado; a verdade é que o povo está massacrado; a verdade é que o Governo, não tendo resposta a dar, prefere determinar a prisão como aconteceu com o General Hugo Abreu, e, no mundo, País nenhum, civilizado, democrático, País que se submeta a uma crítica construtiva, faria o que fez o nosso Governo: uma denúncia de corrupção de um homem que sustentou este regime há quatorze anos, Senhor Deputado, o Governo prefere determinar uma ordem de prisão, ao invés de apurar a denúncia.

Seria de se perguntar, Deputado Enéas Faria, se o General Hugo Abreu tivesse feito essa denúncia quando ainda era Secretário do Conselho de Segurança Nacional; como fez essa denúncia o General Frota que estava, Senhor Deputado, no Comando das Forças Armadas, e o Governo, prioritariamente, se descartou dessas pessoas, punindo-as, ao invés de apurar as denúncias.

Portanto, o pronunciamento de V. Ex.^a traduz com a realidade, o que acontece com o Brasil de hoje. Nessas eleições o Governo procura, — através de todos os meios, da corrupção mais vergonhosa, onde vale tudo, onde os meios de comunicação, pela prensa do poder econômico, são manipulados à vontade, pelo Poder, — o Governo procura não dar chance alguma de a Oposição levar a sua vantagem.

Mas, acredito como quando Rui Barbosa foi candidato e conseguiu sensibilizar a nação. Hoje o povo está exausto, está cansado da prepotência, da força e do arbítrio. No dia 15 de novembro a resposta se fará ouvir, com muito mais intensidade do que 74. Os que não acreditam, verão; os que não querem acreditar, terão que acreditar. E eu só espero que este Governo se dobre uma vez só: o resultado das urnas de 15 de novembro. Porque, se este Governo, perdendo no veredito popular, teimar em não aceitar a decisão do povo brasileiro, lamentavelmente, Senhor Deputado, teremos uma tormenta sobre esta parte, e uma tormenta em que será imprevisível o seu resultado.

Só espero que este Governo acate o resultado de 15 de novembro, porque senão nós teremos nuvens negras no horizonte. Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eminentíssimo Deputado Nilso Sguarezi, agradeço a intervenção, e me sinto muito honrado pelo que V. Ex.^a aduz às minhas palavras, e nem seria de outra forma, sabedor e conhecedor que sou, de que V. Ex.^a luta a mesma luta e combate o mesmo combate, parte, como tem partido sempre, em busca da melhor verdade. Carrega por este Paraná todo, a bandeira da justiça. Porisso lhe agradeço e estou honrado com suas palavras.

Muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

V. Ex.^a, Sr. Deputado, terá até às 15,50 para ocupar a tribuna.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Senhor Presidente, Senhores

Deputados.

Primeiramente vou dar conhecimeto à Casa, de uma carta que recebi do Sr. Oscar Batista de Oliveira, do dia 9 deste mês. (Lê):

"Ilustríssimo Deputado, Sr. Valter Pietrângelo.

Centenas de vendedores ambulantes de Curitiba, estavam convictos em votar na Oposição, em virtude das atitudes rigorosas impostas pela Prefeitura aos vendedores ambulantes (os camelôs), pois ultimamente alguns fiscais estão tomando atitudes reprováveis até agressões físicas ao tomar o ganha pão do pobre.

Freqüentemente a gente contempla os fiscais tomando bruscamente a caixinha de doces de um garotinho, deixando-o em estado lamentável, pois, inesperadamente o seu ganha pão foi levado, a situação deste menino agora é de revolta, não estava roubando, comprou para vender e vende para viver, será que não estão os fiscais com esta atitude fabricando um marginal revoltado?

Somos sabedores que existe uma lei municipal que proíbe se trabalhar no anel central de Curitiba, e se trabalharmos, estamos sujeitos a perder a mercadoria, todavia, o que nos revolta, é a maneira como agem os fiscais, acompanhados por policiais, eles usam violência ao ponto de ferir fisicamente, estão cumprindo uma lei e ferindo outra, pois, se há uma lei que proíbe vender, há outra que proíbe espancar.

Estamos em época de eleições, uma maneira gente manifestar o descontentamento seria votar na Oposição. Todavia, estamos sabendo que o Senhor Juarez, o poderoso chefe do setor de fiscalização é do MDB, aliás, sabemos que ele tem até um parente candidato em Londrina.

As atitudes rigorosas que ele vem tomando ultimamente, parece-nos que é para ficarmos revoltados com o governo, e votarmos na Oposição.

Estamos num dilema se votarmos no MDB, estaremos satisfazendo o desejo do Senhor Juarez, se votarmos na ARENA, estaremos apoiando o Governo que permite a permanência de um chefe de fiscalização desumano e cruel.

E assim sendo, imploramos que alguém que tenha acesso ao intocável Senhor Juarez, possa pedir que ele oriente seus manipulados fiscais, para que ajam como gente, que não trabalhem bêbados, que não nos espanquem e que deixem de fabricar revoltados.

Por outro lado, um fato revoltante aconteceu envolvendo o camelô Oraides, conhecido como Pelé, e o fiscal Juca que trabalha permanentemente alcoolizado, digo, permanentemente bêbado.

O referido fiscal havia tomado a mercadoria do jovem, e levado para a Prefeitura, todavia, após o expediente, às 19,00 horas do mesmo dia, na panificadora Pão de Ouro, o fiscal fragrado com uma das peças que havia tomado, o jovem Oraides tomou a mercadoria, um cortador de legumes na presença de todos, deixando o referido fiscal em estado vergonhoso, pois a mercadoria deveria ser levada à Prefeitura e nunca à casa do fiscal.

Oscar Batista de Oliveira".

Correspondência que recebi do Sr. Oscar Batista de Oliveira, devidamente firmada.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Sr. José Marshall tem cinquenta e um anos de idade, é asmático e ele ontem, Senhores Deputados, comprou três caixas de jaboticabas, por dois mil e quarenta cruzeiros. E hoje, na Rua do Rosário, esquina com Saldanha Marinho, o velho Sr. José Marshall vendia suas jaboticabas, serviço que ele faz há onze anos em Curitiba, tratando da sua família, vendendo frutas.

Doze horas! Chegaram os fiscais da Prefeitura do município, acompanhados pela polícia e prenderam a mercadoria que o Sr. José Marshall vendia. Este foi o primeiro ato, de um

dos fatos acontecidos exatamente hoje.

O segundo ato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os filhos e o genro do Sr. José Marshall foram verificar a prisão da mercadoria. Aí as autoridades, a polícia que estava executando a tarefa, juntamente com os fiscais, um dos policiais meteu a mão na cara do Valdecir Marshall, menor que tem dezessete anos de idade. E, para completar o serviço, pregaram a mão também no genro do Sr. José Marshall, Sr. Osni. Ato número três: aí a polícia, mais os fiscais da Prefeitura de Curitiba, a mando do Sr. Prefeito Municipal, mais alguém da Rádio Patrulha, foram ao local onde estava a camioneta de propriedade do Sr. José Marshall, cinquenta e um anos de idade, asmático, que desesperadamente se debate para trazer o pão de cada dia à sua família, para contribuir com o orçamento da casa.

Pois bem, lá foram eles até à Travessa Moreira Garcês, onde a camioneta estava vazia estacionada. Bem, primeiramente desacatarem a esposa do Sr. José Marshall, que é funcionária da ORBRAM, e havia ido ao local atender o filho agredido, menor de idade, Dona Natalina de Oliveira Marshall. Depois, resolveram bater no Adolfo Werneck de Capistrano, o manobrista da garagem que tem ali perto, que apenas assistia a cena. E os ferimentos, fizeram o Adolfo Werneck de Capistrano, sangrar.

Bem, em seguida decidiram prender a esposa do Sr. José Marshall, dona Natalina de Oliveira e o seu manobrista. Depois, também em represália, resolveram chamar o trânsito, o DETRAN, para prender o carro que estava ali estacionado, sem infringir a lei. E depois, saíram ao encalço do Sr. José Marshall para botá-lo no xadrês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esse tal do Senhor Juarez é do MDB, isto efetivamente eu não sei. Mas o que eu tenho certeza, Senhores Deputados, certeza absoluta, é que um emedebista de raça, um emedebista decente, um emedebista consciente, um emedebista que tenha vergonha na cara, Sr. Presidente, Srs. Deputados, jamais tomaria atitudes como essas.

É claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje o mau exemplo da violência, do arbítrio, da opressão, da cassação, da pressão, vem de cima, vem de Brasília, vem do Planalto. E este mau exemplo está a contaminar o Brasil inteiro, contaminando o Governo do Estado, contaminando Prefeitos também desalmados, despreparados, desumanos, contamina Diretores do DETRAN, Delegados de Polícia, Diretores de Colégio, todos aqueles filiados a esta sistemática de governo, desumana, anti-cristã, absurda, e anti-povo.

Absolutamente, não posso admitir e entender, que esse tal de Senhor Juarez saiba ao menos pronunciar a palavra MDB. Porque o MDB está há dez anos se debatendo, minoritário, combatendo exatamente, esse tipo de atitudes. A nossa bandeira tremula e tremulará sempre, esta é a convicção deste Deputado do MDB, sob o império da Lei e da Justiça, defendendo a democracia, a liberdade e o estado de Direito, e fundamentalmente, a justiça social, para todos os cidadãos.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — Informo a V. Ex.^a que resta um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Concluo, Sr. Presidente.

O Prefeito de Curitiba, se não sabe dessas coisas, é porque não tem olhos para ver, ouvidos para ouvir. Ou está ficando louco, Sr. Presidente, ou está distante da Capital que ele tem a responsabilidade de governar com dignidade, com dinamismo, com legalidade e com moralidade.

Ora, Sr. Presidente, já em outras capitais, em outras grandes cidades, o município plasmou, adotou soluções que estabeleceu uma atitude mediana, pelo menos se equacionou satisfatoriamente, o problema. Porque não tomar uma atitude que definitivamente resolva essa situação na Capital do Estado.

O vendedor ambulante não vai parar nunca de vender as

suas mercadorias, nesta cidade. Hoje o Brasil empobrece quatro por cento, quase ao ano, se massacra, se espolia 90% da Nação. É preciso se debater desesperadamente para sobreviver neste País.

Concluindo, Sr. Presidente, eu apenas vou propor à consideração da Casa um requerimento encaminhando esta carta, ao Sr. Prefeito, e ao mesmo tempo, apelando, exortando àquela autoridade, a buscar a inspiração dos integrantes da sua administração que têm decência e responsabilidade.

Para que possam plasmar uma atitude legal, que venha, como eu disse, equacionar definitiva e satisfatoriamente, essas atitudes vergonhosas, criminosas, que estão acontecendo na Capital do Estado.

Por outro lado, Sr. Presidente, pretendo encaminhar também, não pude redigir, porque este fato envolvendo o Sr. José Marshall, chegou a meu conhecimento há pouco. Um expediente ao Sr. Secretário de Segurança, para que possa a Polícia Militar também, observar a Legislação e, observar a moralidade, acima de tudo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — Encerrado o Grande Expediente, consulto a Liderança da ARENA se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente. Eu havia me inscrito para falar no Grande Expediente, mas não deu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — Informo a V. Ex.^a que o tempo do Grande Expediente, se esgotou.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem). — Sr. Presidente, o nobre Deputado Gabriel Manoel fará cinco minutos do horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel por 5 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos com atenção a confissão feita pelo Deputado Valter Pietrângelo ao dizer que um Vereador do MDB está massacrando o povo; ouvimos também ele indicar, para Prefeito, arbitrariedades feitas por um homem que comunga no MDB.

Não é por isto, Sr. Presidente, não é por isto, Srs. Deputados, não é por isto, imprensa do nosso Paraná, não é por isto, povo ordeiro do meu Paraná, que vamos debitar ao MDB, este Partido de uma diretriz que, embora divergindo da nossa, vamos debitar os erros dos maus elementos que comungam naquele Partido porque o Partido da Oposição, como o Partido da ARENA, também tem os bons elementos e tem os maus elementos.

Agora, debitar ao Sr. Prefeito Municipal erros de elementos do MDB e mesmo erros de elementos da Arena...

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... erros de elementos que estão muitas vezes...

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... nem sequer pertencendo ao nosso Partido, que pertencem, exclusivamente, a uma classe diferente que quer extorquir...

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... que quer espoliar? Agora, o que nos causa estranheza, Sr. Presidente...

O Sr. Valter Pietrângelo — Se vagabundo é funcionário da Prefeitura, eminente Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho) — (Faz soar os tímpanos)

Está com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Se vagabundo pertence às hostes do Partido...

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — Está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel que não é obrigado a conceder apartes. Se o aparte não for concedido, solicito, de V. Ex.^a, que aguarde outra oportunidade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Conforme foi confessado pelo próprio Deputado que veio aqui achacar críticas contra o Prefeito, que não é obrigado; como Prefeito de Santos que pertence ao glorioso Partido Trabalhista Brasileiro. Este, mandou para os farofeiros, mandou prendê-los, e ninguém veio a esta tribuna para divergir do chefe do Poder Executivo Santista.

E é neste momento, é nesta fase pré-eleitoral, quando vemos um ilustre candidato ao Senado criticar o nosso Presidente, porque quer, porque pretende retirar o horário, pretende fazer uma proposta porque o horário cedido pelo TRE, muitas vezes, satura o povo; mas foi apenas uma proposta que agora estão mudando a face.

Isto, Sr. Presidente, isto, Srs. Deputados, é o prenúncio de uma derrota que estamos vendo.

Hugo Abreu, Sílvia Frota, eram os algozes, agora são as vítimas. Por que que não vieram aqui criticar Hugo Abreu, criticar Sílvia Frota, quando pertenciam à Arena? Por que que vêm agora dizer que Hugo Abreu, dentro do complexo deste Brasil grande... e por que que este mesmo Hugo Abreu não denunciou, quando pertencia às hostes do Governo? Se havia corrupção, Sr. Presidente, se havia corrupção, Srs. Deputados, por que que este mesmo Hugo Abreu, depois de quatro anos, veio denunciá-la? Por que não disse antes? Por que todo o homem de bom senso denuncia a corrupção, quando tem conhecimento dela.

Só porque o Presidente Geisel divergiu de sua orientação, ou ele divergiu da orientação do Presidente Geisel. Agora, Hugo Abreu é o melhor homem do mundo; agora, Sílvia Frota é o melhor homem do mundo. Por que antes, três anos atrás, não diziam que Hugo Abreu era um homem bom? Porque pertencia à Arena.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — V. Ex.^a tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Porque Hugo Abreu pertencia à Arena, Sr. Presidente.

Hoje, como Hugo Abreu dentro do respeito que temos pelos homens de farda. Os homens da farda, os vanguardistas do nosso Exército. Então, com o respeito que temos para com Hugo Abreu, mas com o desrespeito que temos com os homens que procuram deturpar os fatos, temos aqui, neste instante, dizer ao Paraná, que queiram ou não queiram os derrotistas. Queiram ou não queiram os homens que nos chamam de corruptos; queiram ou não queiram os homens que não querem enxergar, haveremos de sentar aqui nesta tribuna, nesta Assembléia, com a maioria de Deputados Estaduais. Haveremos, Srs. Deputados, de ser representados na esfera federal, no Congresso, com a maioria dos Deputados Federais. E haveremos, Sr. Presidente, de ter o nosso Senador da República, para que o nosso Senador, Sr. Presidente possa, pelo menos olhar pelo Paraná. O que fez o Senador do MDB até agora, em benefício de nossa terra e de nossa gente? O que fez este homem messianicamente predestinado, que empacotou...

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — O tempo de V. Ex.^a, Sr. Deputado Gabriel Manoel está esgotado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pediria à liderança do meu Partido que me concedesse cinco minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, cinco minutos reservados para a Liderança é suficiente.

Concedo ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — V. Ex.^a concede o restante do tempo da Liderança da Arena ao Sr. Deputado Gabriel Manoel?

O Sr. Gilberto Carvalho - Sr. Presidente, eu reservo 5 minutos.
O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — Continua com a palavra, o Sr. Gabriel Manoel, por mais 5 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Que fez, Sr. Presidente, que fez, Srs. Deputados, que fez, Imprensa do meu Paraná, que fez paranaenses, o Senador que teve uma maioria expressiva? Que fez até agora, em benefício de nossa terra e de nossa gente? Quais foram as leis beneficiárias? Qual foi a sua atitude em trazer benefícios, esclarecer a este povo, que foi ludibriado em 74. É isto, Sr. Presidente, é isto, Srs. Deputados, que nos chamam de ditadores. Ditadores são os homens que procuram decepar um homem como o Deputado Scarpelini. Ditadores são os homens que não têm o poder e procuram decepar um jovem que tem o seu idealismo. Ditadores e corruptos são os que nos chamam de corruptos. Porque corruptos, se formos, a Assembléia toda é corrupta. Porque fazemos parte de um Poder e fazemos parte de um Governo que não faz outra coisa a não ser aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

É por isso que antevemos a vitória da ARENA. É por isso que antevemos a vitória da verdade. É por isso que vemos um Deputado Valter Pietrângelo a atacar um Prefeito que nada tem a ver com as coisas comezinhas, que não tem nada a ver com o homem do MDB que está atacando os seus companheiros. É por isso, Sr. Presidente, é por isso Srs. Deputados que nós nos revoltamos. Ao invés de fazerem uma campanha sadia, uma campanha de esclarecimento, mostrando ao povo e aos próprios governantes e mandatários, qual é a melhor solução; vêm-se à tribuna para criticar o povo, vêm-se à tribuna para chamar o maior Governador do Estado do Paraná de demagogo. Por isso, Sr. Presidente, que haveremos de demonstrar nas urnas, a vitória incontestável dos bons homens da Arena que haverão de estar aqui ombreados, Sr. Presidente, ombreados com os homens do MDB, que não querem ver o seu Partido na falência, porque o seu Partido, como o Partido da Arena, é um Partido que nasceu junto, na Revolução de 64. E é por isso, se um merecimento crítico, o outro também merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. E a vitória da Arena, embora não queiram os agourentos e os derrotistas.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, restando-lhe 7 minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna apenas para fazer alguns reparos ao pronunciamento do eminente Deputado Nilso Sguarezi, quando se referiu à fala da Primeira Dama da França, quando propôs ao Brasil levar os menores desamparados para seu País.

Claro que temos que ser solidários com esse pronunciamento do eminente Deputado, porque não concordamos, de maneira alguma, com uma proposta desse teor e que é um desrespeito até ao nosso País.

Mas, discordamos, entretanto, que o Governo seja incapacitado. O Governo tem procurado, por todos os meios, minorar o sofrimento do povo, principalmente dos menores desamparados. Conhecemos o INAM, o Programa Nacional de Alimentação, que atende a nutriz, a gestante e a criança até os 6 anos de idade e que já vem atendendo vários municípios, inclusive do nosso Estado, vem atendendo os centros sociais urbanos, as escolas; temos o Programada Merenda Escolar e várias outras instituições. No Paraná, por exemplo, temos o Instituto de Assistência ao Menor.

Mas, qual o País onde não existe a miséria?

Qual o País que pode dizer que está tudo bom, que está tudo perfeito?

Infelizmente, no mundo todo ainda existe a fome.

É por isso que lutamos, que todos nós temos a obrigação de dar a nossa participação para que nossos irmãos menos favorecidos tenham dias melhores.

Quanto à fala de nosso Presidente Affonso Camargo Netto, foi uma proposta, foi o ponto de vista de nosso Presidente. Poderão concordar ou discordar. Não vejo aí nada de mais numa proposta dessas.

O SR. PRESIDENTE (Muggiati Filho). — A Presidência pede vênua ao nobre Deputado, tendo em vista encontrar-se no Plenário o Sr. 2.º Secretário desta Casa, e convendo a assumir a Presidência dos trabalhos, de acordo com o Regimento Interno.

(**O Sr. José Domingos Scarpelini, assessor da Presidência**)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos concordar quando se fala em corrupção, em fraude. Talvez alguns elementos da Oposição tenham praticado a fraude, quando vemos, contrariando a Lei Eleitoral, as propagandas nos postes, nas ruas, quando isso é proibido.

Fiquei surpreso — e falo isso até constrangido, porque tenho muitos amigos da Oposição que também não concordam com esse sistema — mas ficamos surpreendidos quando chegamos a uma cidade de nossa região, onde a Oposição preparava um comício com todo o aparato: um “Mercedes” devidamente instalado com serviço de som, aparelhagem completa, todo iluminado; duas “Kombis” pintadas com o nome do candidato mais um “Volks” com serviço de som e um grande número de moças para distribuir as propagandas! Quando nós fazemos a nossa campanha com dificuldade, falamos ao povo nas praças, nos bairros. É essa a maneira que sempre usamos, sem procurar subornar ninguém. E vemos alguns da Oposição fazer propostas a cabos eleitorais com jogo de camisas e tantas outras coisas. Então, não podemos concordar quando se fala em corrupção, de forma alguma.

Parece que o nosso Deputado Enéas Faria está antevendo o resultado das eleições de 15 de novembro. A Nação está explodindo, disse ele, de fome. Mas, está explodindo de fome pelos pessimistas. Porque o que estamos assistindo é que este País está sendo preparado e dando uma garantia de tranquilidade pelo seu desenvolvimento, por sua estrutura sólida, para que esta geração tenha dias melhores, para que a nossa juventude tenha segurança e tranquilidade para viver sem os tropeços que existem em outros países.

Por isso, temos certeza, e vamos aguardar a manifestação do povo em 15 de novembro.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a permite um aparte? (**Assentimento**).

Realmente, eminente Deputado, quando o feitiço vira contra o feiteiro a coisa fica feia. Aí o feiteiro passa a compreender a tristeza, a amargura, a estupidez de se usar tantos pesos e tantas medidas, como se usa neste País ao bel-prazer e freqüentemente pelo próprio Governo.

Estive numa gráfica aqui pelas bandas do Jardim Social e lá vi que o Comitê do Sr. Túlio Vargas havia encomendado uma bagatela de 300.000 adesivos.

Essa propaganda sofisticada e cara que poucos são os candidatos que conseguem mandar fazer. 300.000 numa gráfica, custando Cr\$ 1,40, Cr\$ 1,20 por unidade.

A minha estupefação ainda aumentou, Deputado, quando cheguei aqui na Assembléia e um dos meus funcionários voltava de uma outra gráfica, Sr. Deputado, esta para cá, para o lado direito, e me trazia a notícia de que lá também foram encomendados 300.000, Sr. Deputado, adesivos da mesma qualidade, do mesmo preço.

Bem, Sr. Deputado, em duas gráficas de Curitiba que nós fomos, nas duas, o Comitê pró-Candidatura do Senador que não é do povo, atingiu 600.000 adesivos, veja V. Ex.^a.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, peço a V. Ex.^a que conclua, porque tenho mais um minuto.

O Sr. Valter Pietrângelo — ... e as demais gráficas de Curitiba, como é que ficaram? Será que também receberam a encomenda da mesma qualidade, do mesmo preço, do mesmo tipo de

material?

É desnecessário tentar calcular com V. Ex.^a que a campanha do Sr. Túlio Vargas vai além dos 70 milhões de cruzeiros. O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpelini**). — Eu gostaria de alertar o nobre Deputado que V. Ex.^a tem um minuto para concluir o seu raciocínio.

O Sr. **Valter Pietrângelo** — É isso, Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado.

Nobre Deputado Valter Pietrângelo, essa quantia que V. Ex.^a faz menção, ao nosso candidato Túlio Vargas, eu acho que só na minha região o candidato da Oposição já distribuiu essa propaganda. É a propaganda das mais caras que nós vemos lá. V. Ex.^a sabe disso, e nós até estranhamos, porque a nossa campanha é feita com dificuldade, é visitando, é falando ao povo.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpelini**). — Consulto a Liderança do MDB se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Se V. Ex.^a permitir, nós faremos.

O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpelini**). — Nobre Deputado, eu disse que não iria permitir esse debate paralelo entre V. Ex.^a e o Deputado que usava a tribuna. Agora, quanto ao horário que é permitido, é regimental, V. Ex.^a, se quiser, poderá fazer uso.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Parece-me que o MDB já fez uso, Sr. Presidente, do horário regimental que lhe é destinado.

O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpelini**). — Ainda não. A Liderança ainda não, está em aberto.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Nós pensávamos que havíamos usado o nosso tempo no Grande Expediente e absorvido o horário destinado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (**José Domingos Scarpelini**). — V. Ex.^a vai fazer uso da palavra? (**Assentimento**).

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para deixar gravado nos Anais desta Casa, a nossa tristeza, a nossa amargura, Srs. Deputados, por observar que uma atitude desqualificável completamente, não merece nem os qualificativos do crime que nós denunciemos desta tribuna, envolvendo o Sr. José Marshall, e a carta firmada pelo Sr. Oscar Batista, não conseguiram sensibilizar os nossos companheiros do outro Partido.

Evidentemente que o Deputado que estava na tribuna falou, propôs o seu entendimento autorizado em nome da Liderança da bancada, dos nossos companheiros do outro partido.

Quando nós, Senhor Presidente, viemos à tribuna, chamar a atenção dos Senhores Deputados, não foi simplesmente da bancada do MDB, para um fato criminoso, um fato inaceitável que engloba, senhores, a violência, a imoralidade, a corrupção praticada por homens do setor de fiscalização da Prefeitura Municipal.

E isto já está acontecendo há anos, Senhores Deputados, desde o início da administração do Sr. Saul Raiz, que foi homologado nesta Casa.

Nós denunciemos o fato, pedimos a interferência do Poder Legislativo maior, do Estado, evidentemente compreendendo a sensibilidade cristã, porque nós conhecemos todos os nossos companheiros de outro Partido, todos eles, como eles nos conhecem.

Conhecendo a sensibilidade democrata, a sensibilidade de justiça, a sensibilidade do respeito aos direitos humanos que eles têm, para que se tome uma providência, para que se chacoalhe esse Prefeito e ele possa tomar providências para impedir essa violência e para solucionar o problema.

Bem, Senhor Presidente, tenho a impressão que nós usamos aqui, vocábulos extra-terrenos porque depois temos

que contemplar o homem designado pela liderança do outro Partido a ir para a tribuna e dizer besteiras e num instante sequer, Senhores Deputados, se mostrou sensível ao ocorrido, ao qual está ocorrendo e às tragédias da agressão humana que irão ocorrer, se a Prefeitura não determinar medidas que equacione o impasse.

Mais uma vez, Senhores Deputados, quando tenho a oportunidade de aqui retornar à tribuna, volto a insistir aos nossos companheiros que efetivamente teriam que tomar duas atitudes, eminente Deputado Gilberto Carvalho que está liderando a bancada da Arena: ou desaprovar a fala do Deputado que lá esteve, traduzindo a insensibilidade, a dureza de espírito, de consciência, de alma, a estupidez de uma bancada que absolutamente não é isso...

O Sr. **Gilberto Carvalho** — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Permitirei. Ou que V. Ex.^a,

Senhor Deputado realmente diga neste aparte, que entendeu a nossa denúncia, que compreendeu que realmente estão ocorrendo esses fatos e a prova ali está e nós vamos remetê-la ao Senhor Prefeito e que esta Prefeitura se esqueça um pouco da campanha eleitoral, que o Sr. Prefeito se ocupe alguns instantes em solucionar esse caso.

O Sr. **Gilberto Carvalho** — Nobre Deputado, V. Ex.^a apresentou um requerimento e é nossa intenção aprovar esse requerimento. Eu não quero contestar ou apoiar a denúncia que V. Ex.^a faz, porque muitas vezes acontece, pode ter até acontecido, o que não se pode é responsabilizar o Prefeito ter acontecido um funcionário, ao cumprir uma lei, uma determinação de certas proibições, fez indevidamente, de maneira que não deveria ter feito. Ocorreu, nobre Deputado, não tomando muito o seu tempo, na semana passada, quando eu visitava a minha região.

Com esse grande número de asfalto, estradas, trechos impedidos, saía eu de uma cidade e não vendo, entrei numa estrada em construção. E para meu espanto, cheguei na frente de uma cancela e lá estava um guarda dizendo que eu não podia passar. Então, eu não insisti e voltei e para espanto meu fiz uma volta de um quilômetro, mais ou menos, e quando eu saí do desvio, saí a dois metros daquela barreira do outro lado. Estava proibido o lado que já tinha passado, do outro lado não tinha nada impedido. O senso de responsabilidade do funcionário, não podendo responsabilizar a firma.

É o caso, não sei, o Prefeito não pode ser responsabilizado por isso. V. Ex.^a está fazendo uma denúncia. Aguarde a decisão e depois então vamos criticar o Prefeito. Eu não vejo assim, e quanto ao pronunciamento do nobre Deputado Gabriel Manoel, ele usou, pediu para usar a tribuna e falou como Deputado que é. Ele não falou pela liderança. Falou usando o horário da liderança que nós cedemos. Então, é de inteira responsabilidade dele e não cabe a mim julgar o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só o fato do Senador Leite Chaves não ter sido subserviente, não ter dado sustentação a essa sistemática de Governo que desgraça esta Nação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já é um gesto heróico.

Pessoalmente, Sr. Presidente, tenho as minhas restrições ao Senador que nós elegemos em 74 e que na Câmara Alta da Nação está. Mas o Senador Leite Chaves, Sr. Presidente, Senhores Deputados, registrou, no Congresso Nacional, alguns pronunciamentos. Propôs alguns projetos de interesse público e ele haverá efetivamente, por solicitação, remeter a esta Casa.

O General Hugo Abreu, Srs. Deputados, ainda em tempo consegue sair do errado trilho. Seria de se perguntar ao eminente Deputado que lá esteve agredindo, quando é que a sua consciência irá despertar também para esta verdade.

Ter-se, Sr. Deputado, em vez de preocupar-se com a segurança do povo, com a subsistência popular, com o combate à criminalidade, à injustiça social, se preocupar com o fato de se descobrir o partido a que pertence o Sr. Juarez, é o fim da picada! Um homem ocupar o espaço que deveria ser muito valorizado da atuação do Poder Legislativo para se ater a este aspecto demagógico, em vez de debater o aspecto realmente fundamental da questão é de entristecer. Realmente nós chegamos a imaginar, Srs. Deputados, que cada Governo tem o defensor que merece.

Concedo o aparte ao Deputado Lázaro Dumont.

O Sr. Lázaro Dumont — Nobre Deputado, qualquer denúncia que V. Ex.^a trouxe e que comprova, realmente, a arbitrariedade, eu tenho certeza que a nossa bancada apoiará. Agora, evidentemente, que nenhum de nós, — e V. Ex.^a provou à bancada, aprovamos estes atos de espancamento. Eu, inclusive, sou contrário à pena de morte, em qualquer circunstância.

Mas, na cidade de Londrina também, é proibido o comércio ambulante no meio das ruas. E há hoje quem defenda, também, a própria extinção das feiras livres nas cidades, e estas pessoas que defendem disto, até argumentam o seguinte: — se V. Ex.^a hoje for comprar um produto numa feira livre, muitas vezes, está mais caro do que no próprio supermercado, mercado ou armazém. Então, aquela finalidade da feira livre, realmente do produtor poder vender diretamente ao consumidor, fazendo com que o produto realmente caísse de preço, desapareceu.

Hoje, eu acho que, de maneira nenhuma, — justificando o fato que V. Ex.^a traz através desta carta que leu da tribuna, são casos isolados. O nosso Prefeito de Curitiba, é Prefeito hoje de uma cidade de, aproximadamente, um milhão de habitantes. Evidentemente que algum setor deve, ou deveria estar funcionando melhor. Mas não resta dúvida de que hoje o Prefeito de Curitiba está, — V. Ex.^a é Deputado como eu, conhece Curitiba há muitos anos, talvez até há muito mais tempo do que eu, mas é morador praticamente oficial de Curitiba de quatro anos para cá, quando exercemos juntos o mandato, V. Ex.^a vê hoje que o Prefeito Saul Raiz dá uma feição humana, tenta dar uma feição humana, a Curitiba.

Eu não quero, na defesa do Prefeito aqui, — que acho que está fazendo uma excelente administração a Curitiba, justificar o ato que V. Ex.^a denuncia. A única coisa que gostaria de deixar claro é que por um fato, nós não podemos englobar toda uma situação. Eu, por exemplo, justifico plenamente o meu prezado amigo Antônio Bellinati de também não permitir, na Avenida Paraná, o comércio ambulante de tantas coisas que se procedem lá. Recentemente estava, — já que nós estamos numa época política, até na frente do comitê da Arena em Londrina, por coincidência do pronunciamento de V. Ex.^a, estava um cidadão também com um carrinho, vendendo jabuticaba. De repente, saiu correndo, porque os fiscais da Prefeitura vinham vindo. Então, ele não poderia vender jabuticaba ali.

Evidentemente, num ato destes, justifico plenamente o que o Prefeito de Londrina tenta fazer com sua cidade, deixar o comércio um pouco mais moralizado. Este é o meu ponto de vista.

Quero, pessoalmente, me solidarizar com V. Ex.^a, na denúncia que V. Ex.^a faz, como, inclusive, o nosso próprio Líder Gilberto Carvalho, que assume a liderança hoje, dizendo que aprovará o requerimento de V. Ex.^a.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Prefeito. Agradeço a participação do nobre Deputado Lázaro Dumont, e eu concordo também com V. Ex.^a. Na carta, inclusive, que recebi do Sr. Oscar Batista, ele diz que eles, realmente, desrespeitam a lei.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — V. Ex.^a tem um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pois não. Eles sabem perfeitamente, estão conscientizados que não podem fazer

esse tipo de venda ambulante no anel central e tal, mas eles estão ali denunciando, combatendo, repudiando a agressão que determinados vendedores ambulantes têm sofrido. Eles sabem que estão contrariando uma lei municipal em vigor. Mas, uma lei municipal, o que admite, é a apreensão da mercadoria, jamais, absolutamente, atos criminosos, de violência, que estão a ocorrer.

Por outro lado, eminente Deputado, eu enfatizo neste meu requerimento ao Prefeito, que busque uma solução, porque o vendedor ambulante vai existir sempre, enquanto o País estiver empobrecido. Vai existir, não vai parar nunca. É preciso que o Prefeito encare o problema por esse ângulo. E adote uma providência, um confinamento, uma medida legal que venha efetivamente, se não eliminar, esta problemática, mas pelo menos solucionar grande parte dela. E por outro lado, sob hipótese alguma. Ou melhor, por outro lado, determinar medidas enérgicas, mas enérgicas, drásticas, sobre os servidores que agredem. Hoje um garoto de 17 anos foi espancado. Uma senhora, que não estava vendendo, mãe do garoto, foi presa, e um homem de 51 anos de idade, está sendo perseguido pela polícia.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — A Presidência informa ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados**. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 91/78. — **Aprovado**.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — Deferido.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam queiram levantar-se. — (Pausa). — Nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — Deferido.

O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (José Domingos Scarpelini). — Responderam à chamada nominal 16 Srs. Deputados.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quinta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.